

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUILHERME MARTINS SANTANA

ANÁLISE DA INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2011 A 2013

FLORIANÓPOLIS, 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DA INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2011 A 2013**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberton

FLORIANÓPOLIS, 2016

Guilherme Martins Santana

**ANÁLISE DA INSCRIÇÃO E EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2011 A 2013**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de julho de 2016.

Professor Marcelo Haendchen Dutra, Dr.

Coordenador de TCC do Curso de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Professor Luiz Alberton, Dr.

Orientador

Professor Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Dr.

Membro

Professor Rogério João Lunkes, Dr.

Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, João e Geralda, que são o alicerce de minha formação enquanto ser humano e por não terem medidos esforços para me dar uma formação acadêmica e profissional de qualidade. A minha irmã, Daniela, que veio a completar a família e a complementar o alicerce necessário a minha formação.

Às minhas avós, “Ziza” (*in memorian*) e “Tilina” (*in memorian*), pelo carinho e pelo exemplo de mães e seres humanos, apesar das adversidades enfrentadas.

À minha namorada Camila pelo carinho e, principalmente, por estar compartilhando todos os bons e maus momentos nesse período desafiador de nossas vidas.

Aos colegas e ex-colegas do Departamento de Contabilidade e Finanças e do Departamento de Gestão Orçamentária que foram peças fundamentais em minha formação profissional, especialmente ao “Seu Zé”, que foi exemplo de profissionalismo e dedicação à UFSC.

E finalmente aos professores do Curso de Ciências Contábeis pela paciência dispensada, em especial aos membros da banca.

Antes tarde do que nunca.

RESUMO

SANTANA, Guilherme Martins. **Análise da inscrição e execução dos Restos a Pagar na Universidade Federal de Santa Catarina nos anos de 2011 a 2013**. 2016. 46 p. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

A presente pesquisa visa identificar o volume total executado do orçamento dos anos de 2011 a 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina, utilizando-se não só da análise dos dados referentes à execução orçamentária no ano corrente, mas também da análise da execução dos Restos a Pagar inscritos pela instituição referente àqueles orçamentos nos anos posteriores ao de sua inscrição limitando-se ao exercício de 2014. Além do valor executado a pesquisa procurou identificar o montante de empenhos inscritos em Restos a Pagar, as despesas com maiores dificuldades de execução, entre demais aspectos que análise da execução orçamentária pelo prisma do Restos a Pagar permite identificar. Foram utilizados demonstrativos relativos à execução orçamentária em cada ano estudado e também os demonstrativos de execução dos Restos a Pagar nos exercícios subsequentes para a análise, além da consulta aos Relatórios de Gestão elaborados pela instituição no período. A partir da pesquisa foi possível identificar o volume de recursos já executados pelo Órgão, assim como o volume de empenhos cancelados e que continuam inscritos como Restos a Pagar. E ainda foi possível verificar o volume de inscrição de Restos a Pagar de forma muito semelhante nos três exercícios, por volta de 50% do valor originalmente empenhado, e que, de certa forma, ocorreu em conflito com o princípio orçamentário da anualidade. Também foi verificado que houve dificuldade, principalmente, na execução de obras por parte da instituição, assim como nas demais despesas de capital, já que apresentaram inscrição em Restos a Pagar acima da média e maior índice de cancelamento, atingindo mais 17% do valor empenhado com obras em 2011.

Palavra-chave: Restos a Pagar, Orçamento, Despesa Orçamentária.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar no exercício de 2011	23
Tabela 2 - Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar no exercício de 2012	26
Tabela 3 - Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar no exercício de 2013	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos Restos a Pagar Não Processados	30
Gráfico 2 – Execução ao final de 2014.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 METODOLOGIA.....	13
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.....	15
2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO.....	16
2.2.1 Despesas Orçamentárias	16
2.2.2 Estágios da Despesa Orçamentária.....	17
2.3 RESTOS A PAGAR.....	18
2.3.1 Regulamentação dos Restos a Pagar.....	19
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	21
3.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESTUDADA.....	21
3.2 ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR DA UFSC.....	22
3.2.1 Restos a pagar inscritos em 2011	22
3.2.2 Restos a pagar inscritos em 2012	25
3.2.3 Restos a pagar inscritos em 2013	27
3.2.4 Análise geral dos restos a pagar inscritos entre 2011 e 2013	29
4 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE A - Demonstrativo de Execução de RPP inscritos em 2011 entre 2012 e 2014	36
APÊNDICE B - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2011 em 2012	37

APÊNDICE C - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2011 entre 2013 e 2014	38
APÊNDICE D - Demonstrativo de Execução de RPP inscritos em 2012 entre 2013 e 2014	39
APÊNDICE E - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2012 em 2013	40
APÊNDICE F - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2012 em 2014.....	41
APÊNDICE G - Demonstrativo de Execução de RPP inscritos em 2013 em 2014.....	42
APÊNDICE H - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2013 em 2014.....	43
APÊNDICE J - Demonstrativo de execução das despesas empenhadas em 2011 entre os exercícios de 2011 e 2014.....	44
APÊNDICE K - Demonstrativo de execução das despesas empenhadas em 2012 entre os exercícios de 2012 e 2014.....	45
APÊNDICE L - Demonstrativo de execução das despesas empenhadas em 2013 entre os exercícios de 2013 e 2014.....	46

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública passa no momento por alterações que buscam a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, com intuito de se adequar ao novo momento da Contabilidade no Brasil. Porém algumas características da Contabilidade Pública que não são comuns à área privada continuam a tornar esse ramo da ciência contábil um nicho específico de pesquisa.

Dentro dessas características específicas da Contabilidade Pública apresenta-se o orçamento integrado à contabilidade por meio de contas de compensação. E essa característica, orçamento presente diretamente na contabilidade, será abordada nessa pesquisa.

Junto a todos os conceitos referentes ao Orçamento Público estão os Restos a Pagar (RP), que são definidos pela Lei nº 4.320/64 como despesas empenhadas mas não pagas até o fim do exercício corrente, e que se distinguem em processados e não processados. Os restos a pagar serão o objeto central dessa pesquisa.

O assunto que será abordado nesse estudo é constantemente discutido em meio acadêmico e sempre visado por órgãos de controle em suas auditorias, já que, conforme mostra a literatura, os restos a pagar já foram usados como instrumentos contábeis para diferentes intenções de resultados.

Para verificar os procedimentos adotados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em relação aos restos a pagar será feita a análise de demonstrativos contábeis apresentadas pela instituição de 2011 a 2014.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A eficiência na gestão de recursos públicos é de responsabilidade do gestor público e sempre cobrada pelos órgãos de controle. Visto a especificidade dos restos a pagar e observando a literatura a respeito esta pesquisa busca responder à seguinte questão: Qual o comportamento da execução orçamentária no que tange aos Restos a Pagar inscritos nos anos de 2011 a 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina nos exercícios de 2012 a 2014?

1.2 OBJETIVOS

Este tópico apresenta o objetivo geral e os específicos necessários à elaboração desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral tem como escopo identificar o valor executado das despesas empenhadas na Universidade Federal de Santa Catarina entre os exercícios de 2011 e 2013 durante os exercícios de 2012 e 2014, sob o prisma dos Restos a Pagar.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, são necessários os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os valores de empenhos inscritos em Restos a Pagar por exercício de inscrição;
- b) Identificar os valores executados, cancelados e reinscritos nos decorrer do período analisado;
- c) Identificar os elementos de despesas com maior dificuldade de execução.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os Restos a Pagar sempre detiveram atenção de pesquisadores devido às suas características de contabilização e da falta de tratamento uniformizado entre os diferentes entes públicos. Os órgãos de controle também sempre estão atentos a essa conta específica da contabilidade pública que, conforme alguns autores, já foi usada em alguns casos como manobra contábil devido seu conflito com o princípio orçamentário da anualidade.

A Universidade Federal de Santa Catarina representa hoje, no estado, um papel importante devido ao valor de seu orçamento, que fica entre os dez maiores do estado. Observar a forma como esse recurso é gerido por meio do prisma dos restos a pagar, poderá identificar a eficiência da Universidade na gestão desses recursos.

A pesquisa justifica-se devido à importância do tema discutido para o meio acadêmico e o público em geral, por se tratar de pesquisa voltada a gestão e técnicas empregadas por um Órgão Público Federal.

Além disso, o autor é servidor público federal lotado no Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC desde 2009, tendo atuado também mais especificamente na Seção de Execução Orçamentária do mesmo departamento entre 2009 e 2012. Sendo assim o estudo é de importância profissional já tem por objeto a análise de dados relacionados à atividade que o autor desenvolve no seu dia a dia profissional.

1.4 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos observa-se o uso do método de pesquisa documental e *ex-post-facto*, uma vez que a pesquisa tem por objeto de análise um órgão público que comumente sustenta suas tomadas de decisões em documentos, além de ter seus procedimentos regidos por leis, decretos, portarias, instruções normativas, entre outras normatizações.

O método de pesquisa documental, que é classificada por Silva (2010) como a pesquisa documental utiliza material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado, será utilizado por meio da consulta às demonstrações elaboradas pela instituição estudada e de demais dados solicitados à instituição para sustentar o estudo, além de todo arcabouço de normas a que a instituição está submetida.

Além disso, pode-se caracterizar a pesquisa como uma pesquisa *ex-post-facto*, já que, segundo Silva (2010), esse tipo de pesquisa é efetivada depois dos fatos e o pesquisador não possui controle sobre as variáveis, além de ser conduzida através de uma análise histórica.

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como descritiva conforme definição de Gil (2007), que classifica a pesquisa descritiva como aquela que tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

Com relação à abordagem do problema a pesquisa se classifica como quantitativa, abordagem que, segundo Beuren *et al.* (2003), caracteriza-se pela utilização de instrumentos estatísticos, seja na coleta ou no tratamento dos dados coletados. E também como qualitativa, abordagem definida por Beuren *et al.* (2003) como a abordagem que atribui destaque às características não observadas por meio de um estudo quantitativo.

A abordagem quantitativa foi feita por meio da análise de demonstrativos contábeis extraídos do SIAFI Gerencial, relacionados à execução orçamentária e financeira. Os demonstrativos utilizados correspondem à execução orçamentária do exercício analisado, de onde é retirado o montante empenhado e inscrito em Restos a Pagar, e a execução dos Restos a Pagar nos exercícios posteriores a sua inscrição. Todos os demonstrativos foram detalhados por natureza de despesa orçamentária, utilizando-se até a classificação por elemento de despesa. Foram excluídas do estudo as despesas de pessoal e obrigatórias, já que não são despesas discricionárias, ou seja, não dependem da ação do gestor para ocorrerem e são de caráter obrigatório quanto ao seu pagamento, independentemente da vontade do gestor.

Quanto à abordagem qualitativa foram observados os Relatórios de Gestão apresentados pela UFSC nos anos de 2012 a 2014, permitindo-se avaliar em conjunto com os dados quantitativos, as reincidências ou não de apontamentos sobre Restos a Pagar nos relatórios de auditoria e se os procedimentos relativos aos Restos a Pagar sofreram alteração no período analisado.

1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa é limitada ao orçamento executado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Unidade Gestora 153163, às demonstrações disponibilizadas pela instituição pesquisada, e de outros documentos que sejam disponibilizados pela instituição por meio de solicitação do pesquisador, além de documentos elaborados pelos órgãos de controle que envolvam a instituição pesquisada no período de 2011 a 2014.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são tratados os principais conceitos para o entendimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e seus procedimentos, com ênfase nos conceitos e procedimentos orçamentários. Logo, são tratados primeiramente os principais pontos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Orçamento Público, Despesas Orçamentárias, Estágio da Despesa Orçamentária e Restos a Pagar.

2.1 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A Contabilidade Pública é definida por Martins (2011) como uma especialização da ciência contábil que tem por objetivo fornecer à administração informações acerca do registro, controle e acompanhamento das variações patrimoniais do Estado, da organização e execução dos orçamentos, controle de custos e eficiência do setor público, das normas para o registro das entradas de receita e dos desembolsos da despesa e das normas para prestação de contas dos responsáveis por bens e valores e do Governo.

Segundo Kohama (2010), a Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, através de metodologia especialmente concebida para tal, que utiliza-se de contas escrituradas em quatro sistemas, Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Nesta pesquisa serão abordados os sistemas Orçamentário e Financeiro, que são os sistemas substanciais na análise de Restos a Pagar.

O Sistema Orçamentário “evidencia o registro contábil da receita e da despesa, de acordo com as especificações constantes da Lei do Orçamento e dos Créditos Adicionais” (KOHAMA, 2010, p. 26), e tem por finalidade o acompanhamento da execução orçamentária de um Ente, permitindo resultados comparativos entre o previsto e o executado em um determinado exercício.

O Sistema Financeiro apresenta, segundo Kohama (2010), todas as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira, compreendendo operações de origem na execução orçamentária ou não e que serão objeto de registro e controle contábil.

Esses dois sistemas apresentados e descritos são os sistemas por onde transitam os Restos a Pagar, e são as fontes de informação para a análise proposta pela pesquisa.

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público é definido por Silva e Vasconcelos (1997, p. 25) como “o principal instrumento de trabalho utilizado pelo Estado para alcançar seus objetivos”. Os autores ainda colocam o orçamento público como um documento que representa as aspirações da população, uma vez que é elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, refletindo a participação da comunidade através de seus legítimos representantes.

O Orçamento Público Federal é regido por diversas normas desde sua elaboração até sua execução e deve atender aos princípios listados no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que são os da Unidade, Anualidade, Universalidade, Exclusividade, Legalidade, Orçamento Bruto, Publicidade, Não-Vinculação da Receita de Impostos e Transparência. Será abordado com ênfase nessa pesquisa o princípio da Anualidade.

Segundo Piscitelli e Timbó (2010) de acordo com o Princípio da Anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um período determinado de tempo, e, segundo o Art. 34 da Lei nº 4.320/64, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil. Devido a essa característica o orçamento é anual e fixado através de lei específica conforme Art. 2º da Lei nº 4.320/64, lei que é conhecida de forma comum como LOA (Lei Orçamentária Anual).

O Princípio da Anualidade será o mais abordado na pesquisa para reflexão sobre os restos a pagar, já que é a base da maioria dos apontamentos feitos por órgãos de controle quando da execução dessa despesa. E como apontado por Carvalho (2013), devido as características da execução orçamentária no Brasil, embora a doutrina não trate os Restos a Pagar como exceção ao princípio da anualidade orçamentária, o referido autor considera que o instrumento dos Restos a Pagar reduz a rigidez do princípio.

2.2.1 Despesas Orçamentárias

De acordo com Kohama (2010), a Despesa Orçamentária é aquela cuja realização depende de autorização legislativa, que será dada através da LOA e classificada no mínimo por elementos de despesa conforme a Lei nº 4.320/64.

A Despesa Orçamentária apresenta várias classificações diferentes, dentre as quais destaca-se para esse estudo a classificação segundo a natureza de despesa, que foi regulamentada na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, onde em seu artigo 3º define que a classificação da despesa, segundo a natureza, se dará por meio da categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.

O artigo 5º da mesma portaria define que a estrutura da natureza da despesa a ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de Governo será “c.g.mm.ee.dd”. Onde “c” representa a categoria econômica, “g” o grupo de natureza de despesa, “mm” a modalidade de aplicação, “ee” o elemento de despesa e “dd” o desdobramento facultativo do elemento de despesa.

Conforme a Portaria nº 163/2001, a despesa poderá ser classificada em duas categorias econômicas, Despesas Correntes e de Capital. Onde as Despesas Correntes são definidas por Kohama (2010, p.90) como “gastos de natureza racional, realizados pelas instituições públicas, para a manutenção e o funcionamento dos seus órgãos”. E as Despesas de Capital são os gastos realizados pelas instituições públicas, cujo propósito é o de criar novos bens de capital ou mesmo adquirir bens de capital já em uso e que, em última análise, constituirão incorporações ao patrimônio público de forma efetiva ou através de mutação patrimonial.

As Despesas Correntes são divididas em três grupos de natureza de despesa, pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. E as Despesas de Capital são divididas em outros três grupos de natureza, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

2.2.2 Estágios da Despesa Orçamentária

Segundo Silva (2011), a despesa orçamentária percorre quatro estágios: fixação, empenho, liquidação e pagamento. Essas etapas são caracterizadas por processos administrativos e autorizativos decorrentes do processo de previsão e execução orçamentária.

A fixação da despesa orçamentária, segundo Silva (2011), insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas para o cumprimento das ações definidas para os programas, projetos e atividades. Este estágio é concluído quando da autorização dada pelo Poder Legislativo por meio da Lei Orçamentária Anual.

O empenho é definido pelo Artigo 58 da Lei nº 4.320/64 como “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. Cabe ressaltar, conforme Silva (2011), que o empenho constitui

uma obrigação contratual de natureza jurídica e deve ser registrado nas contas de compensação e de controle patrimonial, uma vez que não constitui obrigação no sentido patrimonial e, portanto, não faz parte do passivo até que seja materializado o implemento de condição representado pela entrega do material, medição da obra ou prestação do serviço.

Na etapa do empenho é que surge a possibilidade dos Restos a Pagar, uma vez que conforme Piscitelli e Timbó (2010), os Restos a Pagar são as despesas empenhadas, ainda não pagas na data de encerramento do exercício financeiro, e que são inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

A liquidação é entendida, por Silva (2011), como o ato do órgão competente que, após exame da documentação, torna líquido e certo o direito do credor contra a Fazenda Pública, implicando em reconhecimento de passivo no patrimônio. Sendo esta etapa seguida pela etapa de pagamento, onde a Fazenda Pública satisfaz o credor e extingue a obrigação.

2.3 RESTOS A PAGAR

O Artigo 36 da Lei nº 4.320/64 define Restos a Pagar como “as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”. Portanto, conclui Kohama (2010), uma vez empenhada a despesa, ela pertence ao exercício financeiro, onerando as dotações orçamentárias daquele exercício.

A distinção feita entre processadas e não processadas se dá pelo estágio da despesa em que se encontravam os empenhos a serem inscritos em restos a pagar. Ou seja, entende-se por despesa não processada segundo Kohama (2010), aquelas cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende, ainda, da fase de liquidação, isto é, o empenho foi emitido, mas o objeto adquirido ainda não foi entregue e depende de algum fator para sua regular liquidação.

Já a despesa processada, segundo Kohama (2010), é aquela cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez forneceu o material, prestou o serviço ou ainda executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, restando a fase do pagamento. Porém, observa-se que o procedimento contábil adotado ao fim do exercício faz com que ambas as situações sejam registradas no sistema financeiro como passivo, mesmo que a despesa não tenha sido liquidada ainda.

A falta de controle dessa conta específica pode gerar o acontecimento, conforme Kohama (2011), de orçamentos paralelos, comprometendo a gestão financeira dos recursos públicos. Conforme apontam Piscitelli e Timbó (2010) é comum o comprometimento indiscriminado das dotações, mediante empenho de despesa e conseqüente emissão da nota de

empenho, com saldo inscrito em restos a pagar, ao final do exercício, para evitar-se a suposta “perda” de dotação disponível.

O fato apontado por Piscitelli e Timbó (2010) é justamente o fato que move os órgãos de controle em suas auditorias quando o tema é restos a pagar, já que a inscrição deliberada desses valores como restos a pagar compromete valores, e não permite que eles sejam disponibilizados no exercício seguinte para cobertura de novas despesas. Esse é um dos pontos que a pesquisa perseguirá, através dos dados publicados pela Universidade e dos relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União, onde se procura entender os procedimentos de inscrição em restos a pagar pela instituição.

2.3.1 Regulamentação dos Restos a Pagar

Além do Artigo 36 da Lei nº 4.320/64 que trata originalmente dos Restos a Pagar na contabilidade pública há também o Decreto nº 93.872/86 que contém uma seção que trata dos Restos a Pagar na sua forma de registro e sua validade para a esfera Federal.

O decreto supracitado passou por uma alteração muito sensível no que concerne aos Restos a Pagar no exercício de 2011 por meio da redação dada pelo Decreto nº 7.654/11, e antes disso já havia sido alterada pelo Decreto 6.708/08. Em sua forma original o decreto trazia em seu Artigo 68 o seguinte “a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas nesse Decreto, e terá validade até 31 de dezembro do ano subsequente”.

Em sua primeira alteração, em 2008, o Artigo 68 em seu Parágrafo único passou a dar validade apenas aos Restos a Pagar Não Processados até 31 de dezembro do ano subsequente, liberando os Processados de validade. Já o Decreto nº 7.654/11 passou a dar mais liberdade para a manutenção dos Restos a Pagar, passando a validade dos restos a pagar não processados e não liquidados para 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição em seu Parágrafo segundo.

Porém, o Decreto nº 7.654/11 foi além da validade dos restos a pagar, e em seu Parágrafo 1º do Artigo 68 determina que “a inscrição prevista no caput como restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesa”, sendo assim a partir do exercício de 2011 os restos a pagar não processados deixaram de ser inscritos automaticamente ao fim do exercício e a inscrição passou a ser de responsabilidade do gestor.

Outra alteração de grande importância ocorreu no Parágrafo 3º do Artigo 68 que passa a conter as exceções ao cumprimento do Parágrafo 2º, ou seja, permitindo que permaneçam válidos os restos a pagar não processados com execução iniciada até a data prevista no Parágrafo 2º ou que sejam relativos às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério da Saúde ou do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Com o advento do Decreto nº 7.654/11 tem-se então um cenário onde o gestor passa a ser responsabilizado diretamente pela inscrição dos restos a pagar não processados, e, por outro lado, no âmbito do Ministério da Educação, estrutura governamental da qual a UFSC faz parte, tem-se um relaxamento quanto ao prazo de execução dos restos a pagar não processados.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo constam a apresentação da instituição alvo do estudo e a análise dos restos a pagar a partir dos demonstrativos contábeis e dos Relatórios de Gestão apresentados pela instituição nos exercícios de 2011 a 2014.

3.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESTUDADA

Todos os aspectos descritos a seguir sobre a instituição objeto do estudo são baseadas no Relatório de Gestão apresentado no ano de 2014. A Universidade Federal de Santa Catarina é uma instituição de ensino superior e pesquisa vinculada ao Ministério da Educação, e foi criada no ano 1960 através da Lei nº 3.849 e abriga uma comunidade estimada em 50 mil pessoas, entre discentes e servidores docentes e técnicos administrativos.

A instituição tem como sede o município de Florianópolis, e até o ano de 2009 estava presente apenas nesse município. A partir de 2009 a UFSC iniciou seu processo de expansão, após sua adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), em 2008. Desde então a Universidade já conta com 4 novos campi nos municípios de Joinville, Araranguá, Curitibanos e Blumenau. A UFSC também atinge outros municípios por meio de sua educação a distância desde 1995.

A estrutura administrativa da UFSC é dividida em três eixos, Órgãos Deliberativos Centrais, Órgãos Executivos Centrais e Órgãos Suplementares. Os Órgãos Deliberativos são os Conselhos e Câmaras responsáveis que podem ser responsáveis por decisões executivas, administrativas ou acadêmicas, além de serem órgãos consultivos de suporte às decisões do Reitor. Os Órgãos Executivos e os Suplementares são responsáveis pela gestão da Universidade, sendo os últimos órgãos especiais, diretamente subordinados ao Reitor.

Quanto à estrutura acadêmica, a UFSC possui 15 Centros de Ensino, sendo eles os Campi de Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville, o Centro de Ciências Agrárias (CCA), o Centro de Ciências Biológicas (CCB), o Centro de Ciências da Educação (CED), o Centro de Ciências da Saúde (CCS), o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), o Centro de Comunicação e Expressão (CCE), o Centro de Desportos (CDS), o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), o Centro Socioeconômico (CSE) e o Centro Tecnológico (CTC).

Quantos as características orçamentárias a UFSC apresentou nos exercícios estudados valores superiores a 900 milhões de reais como dotação inicial, configurando-se como um dos maiores orçamentos públicos no estado de Santa Catarina. O presente trabalho teve como base os orçamentos de 2011 a 2013 para análise da gestão desses recursos sob o prisma dos Restos a Pagar.

3.2 ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR DA UFSC

Nesse tópico serão analisados demonstrativos orçamentários e financeiros relativos à execução dos Restos a Pagar dos exercícios de 2011 a 2013 durante os exercícios de 2012 a 2014. Primeiro será abordado cada exercício separadamente e depois será apresentada uma visão geral sobre o período analisado.

3.2.1 Restos a pagar inscritos em 2011

A análise dos restos a pagar inscritos no exercício de 2011 e sua posterior execução até o ano de 2014 se dará com três enfoques. Primeiramente será apresentado o montante inscrito em restos a pagar processados e não processados demonstrando a relação entre o valor inscrito e o valor total empenhado. Após a análise da inscrição será apresentada a execução dos valores inscritos no exercício subsequentes até o exercício de 2014.

Serão analisados separadamente os restos a pagar processado e os não processados. A apresentação da execução dos restos a pagar processados será feita de forma consolidada com os dados referente a execução entre 2012 e 2014. Enquanto na apresentação da execução dos restos a pagar não processados serão apresentados primeiramente os dados referentes a execução no exercício de 2012 e, posteriormente, os dados consolidados da execução realizada nos exercícios de 2013 e 2014.

A diferenciação específica na apresentação dos dados referentes a execução de restos a pagar não processados devido a hipótese de o valor inscrito no exercício de 2011 se justifique para atender despesas ainda não liquidadas de dezembro e para atender despesas do início do exercício de 2012. Assim será feita análise do valor reinscrito como RPNP ao fim de 2012 em comparação ao valor total empenhado em 2011.

Tabela 1 - Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar no exercício de 2011

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos	Empenhos Inscritos em RPP	%	Empenhos Inscritos RPNP	%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.455.863,77	-	0,0%	1.961,29	0,1%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.485.562,99	-	0,0%	2.073.703,58	11,9%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	23.500,41	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	10.355.918,00	-	0,0%	3.881.150,23	37,5%
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	20.144,00	-	0,0%	-	0,0%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	229.551,61	-	0,0%	9.148,72	4,0%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.868.095,72	-	0,0%	574.432,38	11,8%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	40.904,88	-	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.237.106,34	-	0,0%	408.140,52	18,2%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159.317.091,46	-	0,0%	73.164.366,24	45,9%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	292.835,08	-	0,0%	20.408,33	7,0%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	114.188,76	-	0,0%	-	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	22.740,91	-	0,0%	1.429,88	6,3%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	288.088,13	-	0,0%	281.566,92	97,7%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	373.158,48	-	0,0%	14.336,55	3,8%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.577,21	-	0,0%	-	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	5.773.232,54	-	0,0%	5.742.118,50	99,5%
449051	OBRAS E INSTALACOES	36.315.129,16	-	0,0%	32.497.854,45	89,5%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.068.993,65	821.791,84	2,9%	18.456.375,81	65,8%
Total		268.283.683,10	821.791,84	0,3%	137.126.993,40	51,1%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Conforme dados apresentados na Tabela 1 é possível verificar um alto índice de inscrição de empenhos como RPNP, e que índice de inscrição de despesas correntes em dois de seus elementos de despesa, outros serviços de terceiros de pessoa jurídica e material de consumo, também apresentam índice acima de 35% de seu valor empenho inscrito em RPNP.

Quanto às despesas de capital é observado uma inscrição superior a 65% em todos seus elementos de despesas. O fato pode ser justificado pelo fato dessas despesas serem de execução mais complexa, como obras por exemplos, além da entrega de equipamentos. Para aferir melhor a execução dessas despesas é observada a execução dos RPNP em 2012.

A inscrição de mais de 50% do valor empenhado em RPNP apresenta indício de possível descumprimento do princípio orçamentário da anuidade, e, devido ao alto valor inscrito em RPNP, o procedimento de inscrição de RP na UFSC vem sendo questionado constantemente pela CGU em suas auditorias. Pode-se observar os questionamentos conforme apresentado no Relatório de Gestão de 2012 da UFSC, onde a CGU solicita avaliação dos valores inscritos em RPNP em 2011 e que sejam tomadas as providências cabíveis em relação a esses valores, anulação ou liquidação dos mesmos.

Ainda é possível perceber a solicitação da CGU é reiterada no Relatório de Gestão de 2013 da UFSC e no Relatório de Gestão de 2014 da UFSC, e que nenhuma justificativa técnica é apresentada pela UFSC. Ainda é possível perceber que, mesmo sendo prerrogativa dos ordenadores de despesas o gerenciamento dos valores empenhados, o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) da UFSC é mencionado como o responsável direto pelas ações referentes ao tema, podendo demonstrar desconhecimento dos ordenadores de despesas sobre o tema.

No Apêndice A observa-se a execução de RPP durante o período de 2012 a 2014, onde é apresentada um cancelamento de RPP, algo que não é comum, uma vez que por definição o empenho só é inscrito em RPP caso a despesa já tenha sido liquidada. Esse dado se torna importante na análise consolidada da execução do orçamento de 2011. Excetuando-se o valor cancelado observa-se que todo o valor inscrito em RPP foi pago no período analisado como o esperado.

Voltando ao enfoque do RPNP no Apêndice B é ilustrada uma dificuldade na execução de obras na UFSC, onde foram cancelados 8,8% dos empenhos emitidos em 2011 e reinscritos em RPNP 34,7%. Além disso observa-se uma reinscrição de 5,4% de empenhos de custeio com serviços de terceiros para 2013, um índice que deve ser considerado alto, tendo em vista que os referidos empenhos são de custeio e deveriam cobrir despesas de 2011.

No geral, o índice de reinscrição é elevado, passando do 8%, em razão de empenhos com obras. Mas novamente o valor inscrito levanta dúvidas quanto ao cumprimento do princípio da anualidade. Quanto ao cancelamento o índice ficou abaixo dos 2%, que pode ser considerada uma margem razoável, apesar de que, em valores reais, o valor chegue próximo aos 5 milhões de reais.

Na análise do Apêndice C é possível destacar novamente os empenhos com obras, novamente com maior percentual de reinscrição e cancelamento entre a naturezas de despesa analisadas, mas agora com uma execução de 20,1% do valor originalmente empenhado entre os exercícios de 2013 e 2014.

Nessa tabela pode-se observar que, mesmo após 3 exercícios passados de sua inscrição em RPNP, ainda existem empenhos que foram reinscritos para o exercício de 2015. O que suscita questões sobre a necessidade de comprometer esses recursos, uma vez que não foi possível executar essas despesas ao longo de 3 exercícios por qualquer dificuldade que se tenha interposto à execução.

3.2.2 Restos a pagar inscritos em 2012

A análise dos restos a pagar inscritos no exercício de 2012 e sua posterior execução até o ano de 2014 se dará com três enfoques. Primeiramente será apresentado o montante inscrito em restos a pagar processados e não processados demonstrando a relação entre o valor inscrito e o valor total empenhado. Após a análise da inscrição será apresentada a execução dos valores inscritos no exercício subsequentes até o exercício de 2014.

Serão analisados separadamente os restos a pagar processado e os não processados. A apresentação da execução dos restos a pagar processados será feita de forma consolidada com os dados referente a execução entre 2013 e 2014. Enquanto na apresentação da execução dos restos a pagar não processados serão apresentados primeiramente os dados referentes a execução no exercício de 2013 e posteriormente os dados da execução realizada no exercício de 2014.

A Tabela 2 demonstra que, assim como em 2011, o exercício de 2012 apresenta um alto percentual de inscrição de empenhos em RPNP, aproximando-se de 50% do total empenhado no exercício. Novamente as duas principais de despesas com custeio, material de consumo e serviços de terceiros, que apresentam uma inscrição de RPNP acima de 35%, e as obras continuam a ter sua execução postergada para exercícios seguintes, com inscrição de 90,8% dos empenhos como RPNP.

Quanto à execução do RPP inscritos observa-se no Apêndice D que apenas um cancelamento de valor não representativo no montante total inscrito, e que os demais valores inscritos foram totalmente executados até o exercício de 2014.

Tabela 2 - Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar no exercício de 2012

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos	Empenhos Inscritos em RPP	%	Empenhos Inscritos RPNP	%
335041	CONTRIBUICOES	77.063,92	-	0,0%	-	0,0%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.834.990,69	1.538,18	0,1%	62.838,26	2,2%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.268.254,85	209.253,22	0,9%	2.228.007,91	10,0%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	54.035,37	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	11.316.045,49	314.842,32	2,8%	4.033.619,83	35,6%
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	15.734,64	-	0,0%	3.120,00	19,8%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	242.944,71	267,81	0,1%	32.853,59	13,5%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.660.644,00	158.180,64	2,8%	862.952,60	15,2%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	82.015,60	-	0,0%	49.630,15	60,5%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.923.762,65	-	0,0%	356.824,40	18,5%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	223.381.523,92	4.426.857,84	2,0%	118.116.250,52	52,9%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	365.513,95	1.243,70	0,3%	18.651,80	5,1%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	109.440,19	928,61	0,8%	-	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	321.814,74	17.577,14	5,5%	1.784,00	0,6%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	414.226,82	-	0,0%	255.704,13	61,7%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	308.428,00	-	0,0%	24.541,38	8,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	8.773.369,15	-	0,0%	3.541.808,63	40,4%
449051	OBRAS E INSTALACOES	26.089.816,19	442.834,20	1,7%	23.694.815,86	90,8%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.246.539,08	194.503,30	0,7%	20.601.034,63	78,5%
459061	AQUISICAO DE IMOVEIS	22.500.000,00	-	0,0%	-	0,0%
Total		352.986.163,96	5.768.026,96	1,6%	173.884.437,69	49,3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No Apêndice E é demonstrado, assim como em 2011, um índice de reinscrição de RPNP que deve ser considerado alto, uma vez que o valor empenhado permaneceu não executado ao fim de dois exercícios. Além de valores totais a reinscrição ter sido de 11% do valor originalmente empenhado, despesas com matérias de consumo e serviços de terceiros apresentaram índice superior a 4%. Assim foi identificado um aumento na reinscrição de RPNP em relação ao exercício de 2011.

Da mesma forma verifica-se que o desempenho da execução de obras diminuiu sua capacidade de execução em relação a 2011, de 45,6% executado em 2012 referente ao exercício de 2011 para 26,8% executado em 2013 referente ao valor empenhado em 2012, reduzindo a execução do RPNP e aumentando a reinscrição de RPNP, passando dos 60%, porém houve também uma redução substancial do valor cancelado de empenho para 0,4%.

A execução do RPNP inscrito em 2012 no exercício de 2014, Apêndice F, mostra uma evolução na execução de despesas de custeio, que tiveram em todos seus elementos de despesas um índice de reinscrição menor do que 1,5%. Porém, a execução do valor empenhado em obras novamente enfrentou dificuldade, continuando com mais de 50% do valor empenho não executado e reinscrito como RPNP para o exercício de 2015. Em valores totais 5% do valor originalmente empenhado foi reinscrito como RPNP para o exercício de 2015.

3.2.3 Restos a pagar inscritos em 2013

A análise dos restos a pagar inscritos no exercício de 2013 e sua posterior execução até o ano de 2014 se dará com três enfoques. Primeiramente será apresentado o montante inscrito em restos a pagar processados e não processados demonstrando a relação entre o valor inscrito e o valor total empenhado. Após a análise da inscrição será apresentada a execução dos valores inscritos no exercício de 2014, separadas entre execução de RPP e de RPNP.

A Tabela 3 apresenta novamente dados semelhantes aos identificados nos dois exercícios anteriormente analisados, com 50,6% do valor empenhado inscrito como restos a pagar não processados. Onde novamente são percebidos os elementos de despesa de custeio com material de consumo e serviços de terceiros, além do material de distribuição para gratuita, com mais 20% do valor inscrito como RPNP. Novamente também as despesas de capital são quase que integralmente inscritas em RPNP.

Quanto à execução do RPP inscritos observa-se no Apêndice G que todo o valor inscrito em restos a pagar processados foi pago em 2014, sem apresentar nenhum cancelamento, ao contrário do identificado nos empenhos de 2011 e 2012.

Tabela 3 - Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar no exercício de 2013

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos	Empenhos Inscritos em RPP	%	Empenhos Inscritos RPNP	%
335041	CONTRIBUICOES	103.770,71	-	0,0%	-	0,0%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.527.999,08	-	0,0%	-	0,0%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.705.096,35	240,00	0,0%	2.148.642,68	9,5%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	34.245,93	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	12.691.564,49	25.270,42	0,2%	3.153.795,04	24,8%
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	54.713,50	-	0,0%	-	0,0%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	213.288,41	-	0,0%	98.462,26	46,2%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.072.280,38	-	0,0%	1.087.856,91	17,9%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	27.200,00	-	0,0%	1.750,00	6,4%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.613.651,72	6.721,97	0,2%	597.385,78	16,5%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	240.488.581,48	3.754.848,92	1,6%	124.344.273,91	51,7%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	331.461,58	60,00	0,0%	12.790,50	3,9%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	265.395,91	193,45	0,1%	150.995,86	56,9%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.442.959,83	-	0,0%	23.524,39	0,2%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	1.151.684,34	19.735,30	1,7%	440.703,67	38,3%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	256.249,01	-	0,0%	28.649,70	11,2%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	898.040,90	-	0,0%	898.040,90	100,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	13.516.220,21	-	0,0%	9.936.391,68	73,5%
449051	OBRAS E INSTALACOES	45.895.001,70	716.997,15	1,6%	42.170.492,19	91,9%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.041.464,23	31.071,00	0,2%	12.205.368,52	71,6%
459061	AQUISICAO DE IMOVEIS	10.500.000,00	-	0,0%	-	0,0%
Total		389.830.869,76	4.555.138,21	1,2%	197.299.123,99	50,6%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No Apêndice H, novamente foram identificadas semelhanças com os empenhos dos exercícios de 2011 e 2012. O valor reinscrito como RPNP para 2015 é de 11,3% do valor originalmente empenhado, impulsionado pelo montante reinscrito com despesas de capital. Ainda apresentando mais de 4% de reinscrição em RPNP em três elementos de despesa de custeio.

O diferencial entre a execução dos empenhos de 2012 e 2013 é o aumento na execução de obras, que tiveram 47,7% do seu valor executado em 2014. Mesmo assim ao final da análise dos 3 exercícios foi possível identificar sob a luz do princípio orçamentário da anuidade e do disposto no Decreto nº 93.872/86, que a execução orçamentária na UFSC enfrenta problemas, que podem ser por motivos inerentes a contratações públicas ou mesmo aplicação de recursos em desconformidade com as normas.

3.2.4 Análise geral dos restos a pagar inscritos entre 2011 e 2013

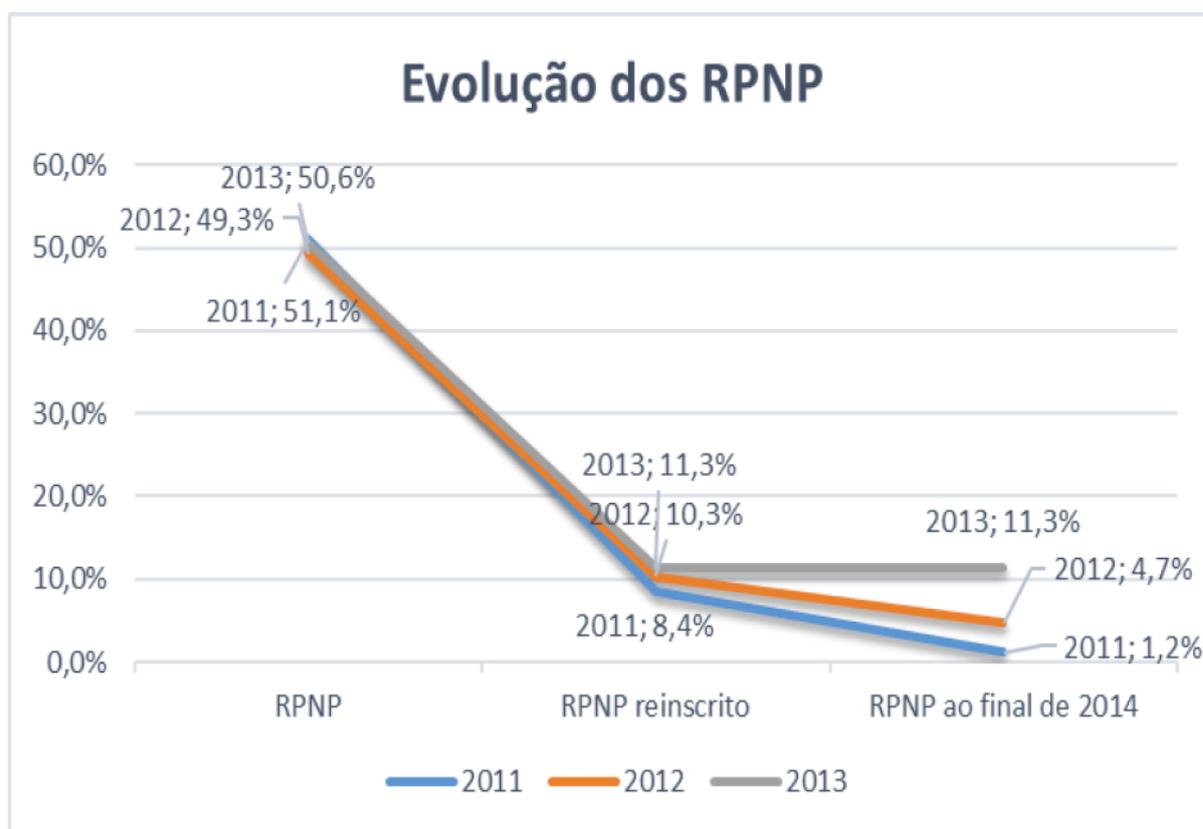
Nessa seção serão analisados os dados consolidados da execução dos valores empenhados em cada um dos três exercícios até 2014, buscando dimensionar o real valor executado do orçamento autorizado para cada exercício.

No exercício de 2011 identificou-se, conforme dados presentes no Apêndice J, que 3,7% dos empenhos emitidos foram cancelados, o que em termos relativos parece pouco, significou a não execução de um valor de quase 10 milhões de reais pela Universidade. E ainda restando 1,2% do orçamento de 2011 a executar, inscrito com RPNP para o exercício de 2015, totalizando mais de 3 milhões de reais. Tanto no cancelamento quanto no valor que remanesce em RPNP a despesa com obras apresenta o maior volume, demonstrando ser um gargalo de execução.

Já no Apêndice K, os dados consolidados de 2012 apresentam similaridades aos de 2011. Do valor empenhado em 2012 2,3% foi cancelado, totalizando mais de 8 milhões, valores próximos aos de 2011, mas dessa vez as despesas de custeio apresentaram maior volume de cancelamento. Já o valor remanescente em RPNP para o exercício de 2015 é de mais de 16 milhões ou 4,7% do total empenhado em 2012, valor que, em sua maior parte, se refere a despesas com obras.

Quanto ao valor empenhado em 2013, provavelmente pelo fato do período de execução de restos a pagar analisado ser menor do que os outros dois exercícios, o valor cancelado foi de menos de 1 milhão de reais ou 0,2% do total empenhado, conforme dados presentes no Apêndice L. Por outro lado, quase 44 milhões de reais foram reinscritos em RPNP para execução em 2015, representando 11,3% do valor empenhado em 2013, e neste caso o valor não se concentra em uma categoria econômica de despesa, mas se distribui entre despesas de capital e correntes.

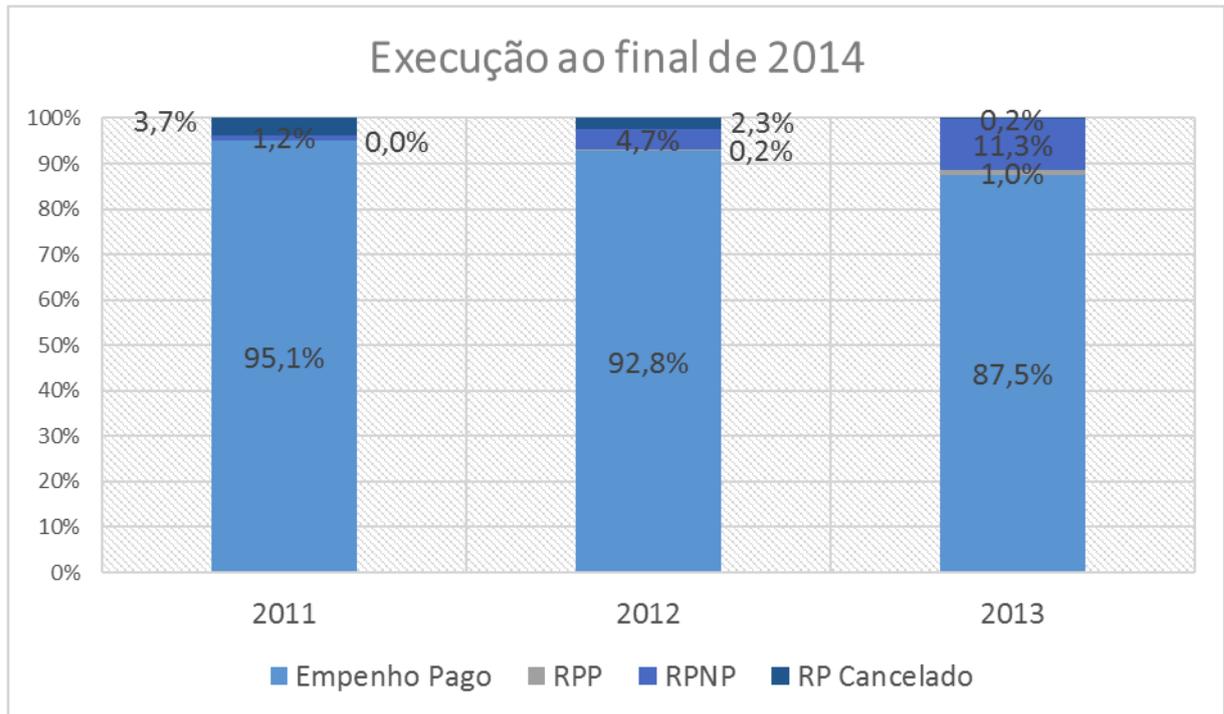
Gráfico 1 – Evolução dos Restos a Pagar Não Processados



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Como resultado da análise é possível perceber em todos os exercícios um alto valor de inscrição em RPNP e da mesma forma um grande volume reinscrito como RPNP no exercício subsequente ao da inscrição. Os dados podem demonstrar falta de planejamento e controle da instituição em sua execução orçamentária, ou mesmo, dado a forma como é feita a condução do orçamento pela Presidência da República, através dos decretos de programação financeira e orçamentária, é possível que o alto valor inscrito em RPNP seja fruto de liberações de limites para empenho apenas no último bimestre do ano. No último caso, apesar de não eximir a instituição de planejamento, uma vez que se sabe do procedimento, demonstra a falta de planejamento e controle da execução orçamentária como procedimento de Governo, podendo fazer com que os dados encontrados nessa pesquisa possam ser observados em outras pesquisas em outras instituições semelhantes.

Gráfico 2 – Execução ao final de 2014



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Por fim, foi possível observar certa similaridade entre os exercícios estudados, que pode demonstrar a dificuldade na execução de obras pela Universidade, podendo ser tanto por problemas relacionados à própria instituição, quanto às construtoras contratadas. Assim como pode estar diretamente relacionada as práticas de condução da execução orçamentária durante os exercícios pelo Governo Federal, que prejudicam o planejamento pelos gestores da UFSC.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida buscou evidenciar a execução do orçamento de 2011 a 2013 da UFSC, utilizando não só os dados relativos a execução orçamentária propriamente dita, que se dá na fase de empenho, mas também analisando a real execução dos valores empenhados que culminam de fato em obrigação de pagamento para a instituição estudada.

Tal enfoque da análise se fez necessário para verificar se possíveis práticas como as apontadas por Piscitelli e Timbó (2010), como a prática de empenhar recursos ao final do exercício para evitar suposta “perda” de dotação disponível, que segundo os autores onera o orçamento seguinte, pressionando a execução financeira.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa foi possível identificar o contraponto entre o valor da execução orçamentária de cada exercício, ou seja, o valor total empenhado, e o valor efetivamente executado do orçamento, ou seja, o valor do qual a instituição se beneficiou para exercer suas atividades.

Nos demais objetivos identificou-se um padrão no percentual do valor empenhado inscrito como restos a pagar não processados em cada exercício, e que esses valores se mostram altos em se tratando de um orçamento público. Além disso o percentual de reinscrição de RPNP demonstrou uma dificuldade de execução ou planejamento do orçamento por parte da instituição, comportamento que pode ser estudado mais a fundo em outra pesquisa.

A análise também demonstrou que as despesas de capital tiveram mais de 60% de seu valor empenhado inscrito como restos a pagar não processado nos 3 exercícios, assim como tiveram mais ocorrências na reinscrição para exercícios seguintes. E ainda dentro das despesas de capital se destacam as despesas com obras que além de apresentar alto índice de inscrição de RPNP também apresentou um alto valor de cancelamento de empenhos, demonstrando ser a despesa com maior dificuldade de execução pela instituição.

Na parte qualitativa da pesquisa foi possível perceber que, além dos números que demonstraram a dificuldade da execução do valor empenhado, as respostas aos questionamentos da auditoria foram respondidas apontando como responsável pela ação em relação ao valor inscrito em RPNP o Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC, setor responsável pelos registros da execução orçamentária e não pela gestão. A constatação pode indicar que os Ordenadores de Despesas da UFSC não possuem o conhecimento

necessário acerca dos procedimentos relativos ao orçamento público, necessitando de orientação dos setores executivos.

Com base no último apontamento o autor sugere uma pesquisa para identificar o perfil e conhecimento dos Ordenadores de Despesas da UFSC acerca de temas como orçamento público, orçamento aplicado à instituição, execução orçamentária e gestão de recursos. Além disso, como sugestão de trabalhos futuros colocam-se pesquisas similares em outras Instituição Federais de Ensino Superior (IFES), uma pesquisa relacionada especificamente a execução orçamentária e de obras na UFSC, entre outras pesquisas que possam abordar o tema dos Restos a Pagar como indicador para mensurar a qualidade o planejamento, execução e controle do orçamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Federal nº 93.872/86, de 23 de dezembro de 1986.** Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 18 de junho 2015.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CARVALHO, Munique Barros de. **VI Prêmio SOF de monografias: restos a pagar e anualidade orçamentária.** Brasília: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal, 2013. Disponível em <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/premios/premios-1/premios-2014/vii-premio-sof-2014/monografias-premiadas-em-edicoes-anteriores-premio-sof>>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL E SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. **Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.** Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e

Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/leg_contabilidade_novosite.asp>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Jair Cândido da; VASCONCELOS, Edilson Felipe. **Manual de execução orçamentária e contabilidade pública**. Brasília: Brasília Jurídica, 1997.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de Gestão de 2013**. Florianópolis, 2014. Disponível em <<http://dpqi.seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>>. Acesso em: 05 de junho 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de Gestão de 2014**. Florianópolis, 2015. Disponível em <<http://dpqi.seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>>. Acesso em: 05 de junho 2016.

APÊNDICE A - Demonstrativo de Execução de RPP inscritos em 2011 entre 2012 e 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Inscritos em RPP	RPP Pago 2012 a 2014	%	RPP Cancelado 2012 a 2014	%	RPP Inscrito em 2014	%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	31.480,00	31.480,00	100,0%	-	0%	-	0%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.752.089,85	2.720.089,85	72,5%	1.032.000,00	28%	-	0%
449051	OBRAS E INSTALACOES	153.108,72	153.108,72	100,0%	-	0%	-	0%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	821.791,84	821.791,84	100,0%	-	0%	-	0%
Total		3.936.678,57	2.904.678,57	73,8%	1.032.000,00	26,2%	-	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE B - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2011 em 2012

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos 2011	Empenhos Inscritos RPNP	RPNP Liquidado em 2012	%	RPNP Pago em 2012	%	RPNP Cancelado em 2012	%	RPNP Reinscrito em 2012	%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.455.863,77	1.961,29	-	0,0%	-	0,0%	1.961,29	0,1%	-	0,0%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.485.562,99	2.073.703,58	-	0,0%	1.802.238,36	10,3%	545,00	0,0%	270.920,22	1,5%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	10.355.918,00	3.881.150,23	31.480,00	0,3%	3.341.614,89	32,3%	308.581,35	3,0%	199.473,99	1,9%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	229.551,61	9.148,72	-	0,0%	9.148,72	4,0%	-	0,0%	-	0,0%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.868.095,72	574.432,38	-	0,0%	312.030,47	6,4%	261.969,51	5,4%	432,40	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.237.106,34	408.140,52	-	0,0%	402.558,37	18,0%	-	0,0%	5.582,15	0,2%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159.317.091,46	73.164.366,24	3.652.089,85	2,3%	60.073.801,13	37,7%	910.599,32	0,6%	8.527.875,94	5,4%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	292.835,08	20.408,33	-	0,0%	19.883,78	6,8%	417,60	0,1%	106,95	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	22.740,91	1.429,88	-	0,0%	-	0,0%	1.429,88	6,3%	-	0,0%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	288.088,13	281.566,92	-	0,0%	262.449,45	91,1%	3.554,00	1,2%	15.563,47	5,4%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	373.158,48	14.336,55	-	0,0%	14.264,26	3,8%	-	0,0%	72,29	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	5.773.232,54	5.742.118,50	-	0,0%	5.288.198,50	91,6%	-	0,0%	453.920,00	7,9%
449051	OBRAS E INSTALACOES	36.315.129,16	32.497.854,45	124.834,99	0,3%	16.575.525,44	45,6%	3.183.239,71	8,8%	12.614.254,31	34,7%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.068.993,65	18.456.375,81	-	0,0%	17.645.773,22	62,9%	234.546,39	0,8%	576.056,20	2,1%
Total empenhado em 2011		268.283.683,10	137.126.993,40	3.808.404,84	1,4%	105.747.486,59	39,4%	4.906.844,05	1,8%	22.664.257,92	8,4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE C - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2011 entre 2013 e 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos 2011	Empenhos Reinscritos RPNP em 2012	RPNP Liquidado em 2014	%	RPNP Pago em 2013-2014	%	RPNP Cancelado em 2013-2014	%	RPNP Reinscrito em 2014	%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.485.562,99	270.920,22	-	0,0%	219.377,49	1,3%	45.642,01	0,3%	5.900,72	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	10.355.918,00	199.473,99	-	0,0%	42.976,91	0,4%	151.265,83	1,5%	5.231,25	0,1%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.868.095,72	432,40	-	0,0%	-	0,0%	432,40	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.237.106,34	5.582,15	-	0,0%	5.093,40	0,2%	66,05	0,0%	422,70	0,0%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159.317.091,46	8.527.875,94	-	0,0%	6.914.530,19	4,3%	544.293,60	0,3%	969.052,15	0,6%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	292.835,08	106,95	-	0,0%	-	0,0%	106,95	0,0%	-	0,0%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	288.088,13	15.563,47	-	0,0%	1,00	0,0%	14.596,02	5,1%	966,45	0,3%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	373.158,48	72,29	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	72,29	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	5.773.232,54	453.920,00	-	0,0%	348.000,00	6,0%	7.920,00	0,1%	98.000,00	1,7%
449051	OBRAS E INSTALACOES	36.315.129,16	12.614.254,31	-	0,0%	7.284.229,83	20,1%	3.193.260,33	8,8%	2.108.490,42	5,8%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.068.993,65	576.056,20	-	0,0%	518.196,74	1,8%	6.765,90	0,0%	51.093,56	0,2%
Total empenhado em 2011		268.283.683,10	22.664.257,92	-	0,0%	15.332.405,56	5,7%	3.964.349,09	1,5%	3.239.229,54	1,2%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE D - Demonstrativo de Execução de RPP inscritos em 2012 entre 2013 e 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Inscritos em RPP	RPP Pago em 2013-2014	%	RPP Cancelado em 2013-2014	%	RPP Reinscrito em 2014	%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.538,18	-	0,0%	1.538,18	100,0%	-	0,0%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	210.603,22	210.603,22	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	314.847,12	314.847,12	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	267,81	267,81	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	158.180,64	158.180,64	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.005.857,84	5.005.857,84	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.243,70	1.243,70	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	928,61	928,61	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	17.577,14	17.577,14	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
449051	OBRAS E INSTALACOES	458.338,86	458.338,86	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	197.556,49	197.556,49	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total		6.366.939,61	6.365.401,43	100,0%	1.538,18	0,0%	-	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE E - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2012 em 2013

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos 2012	Empenhos Inscritos RPNP	RPNP Liquidado em 2013	%	RPNP Pago em 2013	%	RPNP Cancelado em 2013	%	RPNP Reinscrito em 2013	%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.834.990,69	62.838,26	-	0,0%		0,0%	-	0,0%	62.838,26	2,2%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.268.254,85	2.228.007,91	1.350,00	0,0%	1.533.980,35	6,9%	463.600,00	2,1%	229.077,56	1,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	11.316.045,49	4.033.619,83	4,80	0,0%	3.153.518,79	27,9%	562.345,83	5,0%	317.750,41	2,8%
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	15.734,64	3.120,00	-	0,0%	3.120,00	19,8%	-	0,0%	-	0,0%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	242.944,71	32.853,59	-	0,0%	32.535,30	13,4%	49,63	0,0%	268,66	0,1%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.660.644,00	862.952,60	-	0,0%	619.477,30	10,9%	19.434,82	0,3%	224.040,48	4,0%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	82.015,60	49.630,15	-	0,0%	49.630,15	60,5%	-	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.923.762,65	356.824,40	-	0,0%	352.463,05	18,3%	1,00	0,0%	4.360,35	0,2%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	223.381.523,92	118.116.250,52	579.000,00	0,3%	97.376.684,36	43,6%	3.066.091,85	1,4%	17.094.474,31	7,7%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	365.513,95	18.651,80	-	0,0%	16.514,51	4,5%	-	0,0%	2.137,29	0,6%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	321.814,74	1.784,00	-	0,0%	500,00	0,2%	-	0,0%	1.284,00	0,4%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	414.226,82	255.704,13	-	0,0%	255.704,13	61,7%	-	0,0%	-	0,0%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	308.428,00	24.541,38	-	0,0%	24.541,38	8,0%	-	0,0%	-	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	8.773.369,15	3.541.808,63	-	0,0%	3.511.353,23	40,0%	-	0,0%	30.455,40	0,3%
449051	OBRAS E INSTALACOES	26.089.816,19	23.694.815,86	15.504,66	0,1%	6.995.650,84	26,8%	101.362,41	0,4%	16.582.297,95	63,6%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.246.539,08	20.601.034,63	3.053,19	0,0%	18.552.389,08	70,7%	146.719,59	0,6%	1.898.872,77	7,2%
Total empenhado em 2012		352.986.163,96	173.884.437,69	598.912,65	0,2%	132.478.062,47	37,5%	4.359.605,13	1,2%	36.447.857,44	10,3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE F - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2012 em 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos 2012	Empenhos Reinscritos RPNP em 2013	RPNP Liquidado em 2014	%	RPNP Pago em 2014	%	RPNP Cancelado em 2014	%	RPNP Reinscrito em 2014	%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.834.990,69	62.838,26	-	0,0%	-	0,0%	62.838,26	2,2%	-	0,0%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.268.254,85	229.077,56	-	0,0%	179.720,97	0,8%	35.954,59	0,2%	13.402,00	0,1%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	11.316.045,49	317.750,41	6.691,83	0,1%	134.352,34	1,2%	18.435,92	0,2%	158.270,32	1,4%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	242.944,71	268,66	-	0,0%	267,58	0,1%	1,08	0,0%	-	0,0%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.660.644,00	224.040,48	-	0,0%	16.664,62	0,3%	207.375,86	3,7%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.923.762,65	4.360,35	-	0,0%	-	0,0%	187,87	0,0%	4.172,48	0,2%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	223.381.523,92	17.094.474,31	716.021,00	0,3%	9.930.968,79	4,4%	3.286.535,25	1,5%	3.160.949,27	1,4%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	365.513,95	2.137,29	-	0,0%	2.025,10	0,6%	-	0,0%	112,19	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	321.814,74	1.284,00	-	0,0%	-	0,0%	1.248,00	0,4%	36,00	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	8.773.369,15	30.455,40	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	30.455,40	0,3%
449051	OBRAS E INSTALACOES	26.089.816,19	16.582.297,95	-	0,0%	3.293.375,91	12,6%	120.171,80	0,5%	13.168.750,24	50,5%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.246.539,08	1.898.872,77	-	0,0%	1.805.735,38	6,9%	39.742,93	0,2%	53.394,46	0,2%
Total empenhado em 2012		352.986.163,96	36.447.857,44	722.712,83	0,2%	15.363.110,69	4,4%	3.772.491,56	1,1%	16.589.542,36	4,7%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE G - Demonstrativo de Execução de RPP inscritos em 2013 em 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Inscritos em RPP	RPP Pago em 2014	%	RPP Cancelado em 2014	%	RPP Reinscrito em 2014	%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	240,00	240,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	25.270,42	25.270,42	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.721,97	6.721,97	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.754.848,92	3.754.848,92	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60,00	60,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339092	DESpesas DE EXERCICIOS ANTERIORES	193,45	193,45	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	19.735,30	19.735,30	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
449051	OBRAS E INSTALACOES	716.997,15	716.997,15	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31.071,00	31.071,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total		4.555.138,21	4.555.138,21	100,0%	-	0,0%	-	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE H - Demonstrativo de Execução de RPNP inscritos em 2013 em 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos 2013	Empenhos Inscritos RPNP	RPNP Liquidado em 2014	%	RPNP Pago em 2014	%	RPNP Cancelado em 2014	%	RPNP Reinscrito em 2014	%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.705.096,35	2.148.642,68	-	0,0%	1.445.543,49	6,4%	55.126,40	0,2%	647.972,79	2,9%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	12.691.564,49	3.153.795,04	9.916,00	0,1%	2.875.615,84	22,7%	53.392,08	0,4%	214.871,12	1,7%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	213.288,41	98.462,26	-	0,0%	57.967,63	27,2%	22.595,73	10,6%	17.898,90	8,4%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.072.280,38	1.087.856,91	-	0,0%	756.775,54	12,5%	74.619,08	1,2%	256.462,29	4,2%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	27.200,00	1.750,00	-	0,0%	1.750,00	6,4%	-	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.613.651,72	597.385,78	-	0,0%	511.199,22	14,1%	-	0,0%	86.186,56	2,4%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	240.488.581,48	124.344.273,91	3.057.933,79	1,3%	105.405.219,48	43,8%	416.283,44	0,2%	15.464.837,20	6,4%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	331.461,58	12.790,50	-	0,0%	9.167,19	2,8%	85,82	0,0%	3.537,49	1,1%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	265.395,91	150.995,86	-	0,0%	149.835,15	56,5%	-	0,0%	1.160,71	0,4%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.442.959,83	23.524,39	-	0,0%	23.274,39	0,2%	-	0,0%	250,00	0,0%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	1.151.684,34	440.703,67	-	0,0%	148.467,79	12,9%	2.520,00	0,2%	289.715,88	25,2%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	256.249,01	28.649,70	-	0,0%	28.471,70	11,1%	-	0,0%	178,00	0,1%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	898.040,90	898.040,90	-	0,0%	897.038,69	99,9%	1.002,21	0,1%	-	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	13.516.220,21	9.936.391,68	-	0,0%	4.057.822,40	30,0%	-	0,0%	5.878.569,28	43,5%
449051	OBRAS E INSTALACOES	45.895.001,70	42.170.492,19	597.445,79	1,3%	21.904.952,55	47,7%	146.131,20	0,3%	19.521.962,65	42,5%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.041.464,23	12.205.368,52	94.414,32	0,6%	10.450.914,75	61,3%	59.194,15	0,3%	1.600.845,30	9,4%
Total empenhado em 2013		389.830.869,76	197.299.123,99	3.759.709,90	1,0%	148.724.015,81	38,2%	830.950,11	0,2%	43.984.448,17	11,3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE J - Demonstrativo de execução das despesas empenhadas em 2011 entre os exercícios de 2011 e 2014

Natureza da Despesa	Empenhos Emitidos	Empenhos Pagos	%	Empenhos Cancelados	%	Empenhos Reinscritos em RPNP 2014	%	Empenhos Inscritos em RPP 2014	%	
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.455.863,77	2.453.902,48	99,9%	1.961,29	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.485.562,99	17.433.475,26	99,7%	46.187,01	0,3%	5.900,72	0,0%	-	0,0%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	23.500,41	23.500,41	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	10.355.918,00	9.890.839,57	95,5%	459.847,18	4,4%	5.231,25	0,1%	-	0,0%
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	20.144,00	20.144,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	229.551,61	229.551,61	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.868.095,72	4.605.693,81	94,6%	262.401,91	5,4%	-	0,0%	-	0,0%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	40.904,88	40.904,88	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.237.106,34	2.236.617,59	100,0%	66,05	0,0%	422,70	0,0%	-	0,0%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159.317.091,46	155.861.146,39	97,8%	2.486.892,92	1,6%	969.052,15	0,6%	-	0,0%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	292.835,08	292.310,53	99,8%	524,55	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	114.188,76	114.188,76	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	22.740,91	21.311,03	93,7%	1.429,88	6,3%	-	0,0%	-	0,0%
339139	OUTROS SERV. TERCEIROS-PES. JURID-OP. INTRA-ORC.	288.088,13	268.971,66	93,4%	18.150,02	6,3%	966,45	0,3%	-	0,0%
339147	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB-OP. INTRA-ORCAMENTARIAS	373.158,48	373.086,19	100,0%	-	0,0%	72,29	0,0%	-	0,0%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.577,21	1.577,21	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	5.773.232,54	5.667.312,54	98,2%	7.920,00	0,1%	98.000,00	1,7%	-	0,0%
449051	OBRAS E INSTALACOES	36.315.129,16	27.830.138,70	76,6%	6.376.500,04	17,6%	2.108.490,42	5,8%	-	0,0%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.068.993,65	27.776.587,80	99,0%	241.312,29	0,9%	51.093,56	0,2%	-	0,0%
Total		265.827.819,33	252.687.357,94	95,1%	9.901.231,85	3,7%	3.239.229,54	1,2%	-	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE K - Demonstrativo de execução das despesas empenhadas em 2012 entre os exercícios de 2012 e 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos	Empenhos Pagos	%	Empenhos Cancelados	%	Empenhos Reinscritos em RP 2014	%	Empenhos Inscritos em RPP 2014	%
335041	CONTRIBUICOES	77.063,92	77.063,92	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.834.990,69	2.770.614,25	97,7%	64.376,44	2,3%	-	0,0%	-	0,0%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.268.254,85	21.755.298,26	97,7%	499.554,59	2,2%	13.402,00	0,1%	-	0,0%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	54.035,37	54.035,37	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	11.316.045,49	10.570.301,59	93,4%	580.781,75	5,1%	158.270,32	1,4%	6.691,83	0,1%
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	15.734,64	15.734,64	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	242.944,71	242.894,00	100,0%	50,71	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.660.644,00	5.433.833,32	96,0%	226.810,68	4,0%	-	0,0%	-	0,0%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	82.015,60	82.015,60	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.923.762,65	1.919.401,30	99,8%	188,87	0,0%	4.172,48	0,2%	-	0,0%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	223.381.523,92	213.151.926,55	95,4%	6.352.627,10	2,8%	3.160.949,27	1,4%	716.021,00	0,3%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	365.513,95	365.401,76	100,0%	-	0,0%	112,19	0,0%	-	0,0%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	109.440,19	109.440,19	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	321.814,74	320.530,74	99,6%	1.248,00	0,4%	36,00	0,0%	-	0,0%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	414.226,82	414.226,82	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	308.428,00	308.428,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	8.773.369,15	8.742.913,75	99,7%	-	0,0%	30.455,40	0,3%	-	0,0%
449051	OBRAS E INSTALACOES	26.089.816,19	12.699.531,74	48,7%	221.534,21	0,8%	13.168.750,24	50,5%	-	0,0%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26.246.539,08	26.006.682,10	99,1%	186.462,52	0,7%	53.394,46	0,2%	-	0,0%
459061	AQUISICAO DE IMOVEIS	22.500.000,00	22.500.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total		352.909.100,04	327.463.209,98	92,8%	8.133.634,87	2,3%	16.589.542,36	4,7%	722.712,83	0,2%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

APÊNDICE L - Demonstrativo de execução das despesas empenhadas em 2013 entre os exercícios de 2013 e 2014

Natureza da Despesa		Empenhos Emitidos	Empenhos Pagos	%	Empenhos Cancelados	%	Empenhos Reinscritos em RP 2014	%	Empenhos Inscritos em RPP 2014	%
335041	CONTRIBUICOES	103.770,71	103.770,71	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.527.999,08	2.527.999,08	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	22.705.096,35	22.001.997,16	96,9%	55.126,40	0,2%	647.972,79	2,9%	-	0,0%
339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	34.245,93	34.245,93	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339030	MATERIAL DE CONSUMO	12.691.564,49	12.413.385,29	97,8%	53.392,08	0,4%	214.871,12	1,7%	9.916,00	0,1%
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	54.713,50	54.713,50	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	213.288,41	172.793,78	81,0%	22.595,73	10,6%	17.898,90	8,4%	-	0,0%
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	6.072.280,38	5.741.199,01	94,5%	74.619,08	1,2%	256.462,29	4,2%	-	0,0%
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	27.200,00	27.200,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.613.651,72	3.527.465,16	97,6%	-	0,0%	86.186,56	2,4%	-	0,0%
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	240.488.581,48	221.549.527,05	92,1%	416.283,44	0,2%	15.464.837,20	6,4%	3.057.933,79	1,3%
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	331.461,58	327.838,27	98,9%	85,82	0,0%	3.537,49	1,1%	-	0,0%
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	265.395,91	264.235,20	99,6%	-	0,0%	1.160,71	0,4%	-	0,0%
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	11.442.959,83	11.442.709,83	100,0%	-	0,0%	250,00	0,0%	-	0,0%
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	1.151.684,34	859.448,46	74,6%	2.520,00	0,2%	289.715,88	25,2%	-	0,0%
339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	256.249,01	256.071,01	99,9%	-	0,0%	178,00	0,1%	-	0,0%
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	898.040,90	897.038,69	99,9%	1.002,21	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	13.516.220,21	7.637.650,93	56,5%	-	0,0%	5.878.569,28	43,5%	-	0,0%
449051	OBRAS E INSTALACOES	45.895.001,70	25.629.462,06	55,8%	146.131,20	0,3%	19.521.962,65	42,5%	597.445,79	1,3%
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.041.464,23	15.287.010,46	89,7%	59.194,15	0,3%	1.600.845,30	9,4%	94.414,32	0,6%
459061	AQUISICAO DE IMOVEIS	10.500.000,00	10.500.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total		389.727.099,05	341.151.990,87	87,5%	830.950,11	0,2%	43.984.448,17	11,3%	3.759.709,90	1,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.